

PROJETO DE LEI N.º 06/2015

Revisa a remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 88, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revisada, em 6,22% (seis vírgula vinte e dois por cento), a remuneração dos servidores da Câmara Municipal, em conformidade com o disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º A revisão de que trata o artigo 1º desta Lei corresponde ao somatório acumulado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC –, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, relativo ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014.

Art. 3º Após aplicação do índice de recomposição de que trata esta Lei, o vencimento básico dos servidores que permanecerem inferiores ao Piso Nacional de Salário será elevado àquele piso, em conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 4º O anexo V da Lei nº 1.074, 30 de junho de 2005, e o Anexo I da Resolução nº 103, de 23 de junho de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

Arinos, 9 de março de 2015.

Vereador VI SANTANA
Presidente

Vereador MATOS ALÉM
Vice-Presidente

Vereador CLEUBER MICHIRRA
1º Secretário

Vereador EDMILSON DO CRISPIM SANTANA
2º Secretário

JUSTIFICATIVA

Como é sabido, a revisão anual da remuneração dos servidores públicos deve ser feita em caráter geral, sem distinção de data e índice, conforme preconiza o art. 37, X, da Constituição da República.

A revisão geral é um direito assegurado aos servidores, de natureza reconhecidamente cogente, razão pela qual se torna necessário conceder o reajuste aos servidores do Legislativo.

Essas são as razões que nos motivam a apresentar o projeto de lei em referência, na expectativa de sua aprovação pelos ilustres vereadores.

Arinos, 9 de março de 2015.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, que o Projeto de Lei que revisa a remuneração dos servidores da Câmara Municipal tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Arinos, 9 de março de 2015.

Vereador VI SANTANA
Presidente

ANEXO I A QUE SE REFERE O ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº DE DE DE 2015										
ANEXO V DA LEI Nº 1074, DE 30 DE JUNHO DE 2005										
TABELA DE VENCIMENTO										
Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	788,00	807,70	827,89	848,59	869,80	891,55	913,84	936,68	960,10	984,10
II	1.033,93	1.059,78	1.086,27	1.113,43	1.141,27	1.169,80	1.199,04	1.229,02	1.259,74	1.291,20
III	1.049,72	1.075,96	1.102,86	1.130,43	1.158,69	1.187,66	1.217,35	1.247,79	1.278,98	1.310,90
IV	1.377,32	1.411,75	1.447,05	1.483,22	1.520,30	1.558,31	1.597,27	1.637,20	1.678,13	1.720,00
V	1.807,16	1.852,34	1.898,65	1.946,11	1.994,77	2.044,64	2.095,75	2.148,15	2.201,85	2.256,90
VI	2.371,15	2.430,43	2.491,19	2.553,47	2.617,31	2.682,74	2.749,81	2.818,55	2.889,02	2.961,20
VII	3.111,15	3.188,93	3.268,65	3.350,37	3.434,13	3.519,98	3.607,98	3.698,18	3.790,63	3.885,40
VIII	4.082,10	4.184,15	4.288,76	4.395,98	4.505,87	4.618,52	4.733,98	4.852,33	4.973,64	5.097,90
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR										
Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
NS1	3.576,68	3.666,10	3.757,75	3.851,69	3.947,99	4.046,69	4.147,85	4.251,55	4.357,84	4.466,70
NS2	4.692,91	4.810,23	4.930,49	5.053,75	5.180,09	5.309,60	5.442,34	5.578,40	5.717,86	5.860,80
NS3	6.157,50	6.311,44	6.469,22	6.630,95	6.796,73	6.966,65	7.140,81	7.319,33	7.502,32	7.689,80

ANEXO II A QUE SE REFERE O ART. 4º DA LEI MUNICIPAL N. , DE ____ DE
____ DE 2015

“ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 103, DE 25 DE JUNHO DE 2006.

CARGO EM COMISSÃO	SÍMBOLO	VENCIMENTO (R\$)
Chefe de Gabinete da Presidência	DAS-03	1.372,64
Secretário de Controle Interno	DAS-02	1.787,45
Assessor Parlamentar	DAS-04	980,46
Secretário-Executivo	DAS-01	2.971,27
Secretário de Assuntos Legislativos	DAS-02	1.787,45
Secretário de Administração e Finanças	DAS-02	1.787,45

” (NR)